

Mulheres Anônimas e Independentes em Guaratinguetá - Século XIX

Joaquim Roberto Fagundes

A historiografia brasileira desmontou nos últimos anos o mito da mulher submissa criada somente para o casamento, a procriação e o mundo doméstico. Segundo as novas interpretações, boa parcela das mulheres exerceu papéis e profissões diversificadas na sociedade dos séculos XVIII-XIX. Mulheres anônimas e independentes que traçaram o próprio destino. Eram as trabalhadoras livres, pobres ou não, ocupando brechas que existiam dentro de um sistema onde as atividades marginais eram relegadas pelos homens com ascendência econômica (CARVALHO FRANCO, p. 60). Indivíduos que não foram integrados na grande produção, mas que contribuíram e foram fundamentais para a sua sustentação (MESQUITA, p. 41).

Em Guaratinguetá não foi diferente e Saint-Hilaire (p. 89), nos dá uma pista bem próxima da verdade ao descrevê-las como amazonas: “ ... encontramos um número bastante grande de mulheres montadas [a cavalo] e, muitas mesmo, não estavam acompanhadas por homem algum. As mulheres pobres andam com as pernas e muitas vezes os pés nus, usam saia e camisa de algodão, e levam aos ombros uma capa ou grande pedaço de pano azul, tendo a cabeça um chapéu de feltro”, bem como Herrmann (p.146), ao observar que “ as mulheres[...] plantam café em terra alheia, compram pequenas glebas, vivem de suas costuras na zona urbana”, ganhando, com isso, representação econômica.

Em 1815 mulheres livres, solteiras ou viúvas, na maioria pardas (mulheres de ganho), trabalhavam no pequeno comércio, em profissões

artesanais ou em atividades rentistas (aluguel de imóveis e jornais de escravos), atendendo a população em geral, principalmente, os segmentos mais prósperos, com os quais mantinham negócios, permitindo, desse modo, não somente um estrito relacionamento comercial entre as classes econômicas, mas, também, um intenso relacionamento social, como o caso de Anna Crioula Negra, viúva, com filhos, e ex-escrava (liberta em testamento) do Sargento mor Antônio Ferraz de Araújo e de sua mulher, Dona Antônia Galvão de França, que possuía uma pequena chácara, três escravos e cento e setenta pés de café, arrendados para Antônio Rodrigues Maia, por 12\$800 anuais, tirando daí o sustento para a sua família (Inventários e Testamentos do 1º Ofício – Guaratinguetá). As mulheres brancas e casadas, por sua vez, em sua maioria, exerciam papéis tradicionais da maternidade, da culinária e do cozer, e as viúvas, em muitos casos, administravam, juntamente com os filhos e escravos, a herança deixada pelo marido, como Dona Ana Joaquina Galvão de França, mulher branca, de 67 anos, viúva, moradora no bairro do Potim, em 1818, que era “*senhora de engenho, fazendeira nos seus prado, criadora de animais*” . As solteiras, pardas ou brancas, solitárias ou com filhos e agregados, viviam principalmente de fiar algodão, dos jornais dos filhos, do comércio ou da pequena agricultura de subsistência. Além dessas, existiam, também, as mulheres meretrizes, trabalhando, na maior parte, na zona urbana, dando os pecados da carne aos viajantes e tropeiros de passagem pela vila, aparecendo, em parte e sem identificação, nos registros paroquiais, batizando seus filhos de pai desconhecido.

Em 1836, a vila contava com uma população de 6.708 habitantes, considerando livres e cativos, e desta, 2.716 eram mulheres (40,5%), sendo 1.687 livres (62,1% do total de mulheres), com maior contingente nas faixas entre 10 e 20 anos (30,5%) e 20 a 30 anos (26,2%). Considerando-se apenas a categoria de livres, temos um maior número de mulheres (52,1%), de um total

de 3.238 indivíduos (MULLER, p. 133) e nesse universo as possibilidades sócio-profissionais expandiram-se, com um maior número de mulheres solteiras ou viúvas, vivendo sozinhas ou em companhia de filhos, parentes ou agregados, exercendo outras atividades, que lhes rendiam, no geral, algo em torno de 20\$000 a 100\$000 anuais. Eram donas de pequenas tabernas, localizadas, em sua maioria na zona urbana ou na beira das estradas, comercializando milho ou aguardente, obtidos, com antes, dos senhores de engenho e dos agricultores de pequena monta, ou donas de armazém, com atividades paralelas exercidos pelos filhos, a exemplo de uma família formada somente por mulheres:

“Rita Maria de Sá, parda, solteira, 42, parda, solteira, armazém, c.p. 50\$, filhos Zelinda Rosa do Nascimento, 20, parda, padeira, 60\$, Maria, 18, Rosa, 7, José, 3, 3 escravos. Agregada Margarida Antonia de Jesus, 19, branca, solteira”

Além destas, outras mulheres, solteiras ou viúvas, vivendo sozinhas ou na companhia de irmãs, parentas afins, agregados e escravos, exerciam atividades como: rendeira, negociante de molhados, seleira, caixeira, boiadeira, quitandeira, proprietária de loja de fazendas (tecidos, etc.), paneleira, etc.

Com pecúlio próprio, embora pequeno, muitas conseguiram inserção social e privilégios reservados principalmente para membros de famílias ricas, como Inácia Maria de Santana, liberta parda, natural da Vila de São João Del Rei, falecida, em 22/10/1839, em Guaratinguetá. Filha de pais desconhecidos, exposta na casa de Gonçalo Garcia e Alves, fez seu testamento, aos 50 anos de idade, deixando explícito querer uma sepultura na igreja matriz, ao pé do altar de Nossa Senhora das Dores (reservada aos brancos de posse), pois era parte integrante da irmandade do mesmo nome. Pediu que todos os sacerdotes da vila acompanhassem o seu corpo e que você cantado mementos na rua.

Deixou para o seu testamenteiro, um branco, um mulatinho e duas crioulinhas, seus escravos.

Entre as mulheres brancas e principalmente viúvas, o registro paroquial de terras, de 1856, registra 147 proprietárias de terras, sítios e fazendas, fruto da herança dos maridos, representando 20,3 % das declarações, concentrando-se, a maioria, no bairro dos Motas e no Itaguaçu (regiões de Roseira e Aparecida) e, no período 1871-1877, aparecem 305 mulheres fazendo vários tipos de transações imobiliárias e financeiras, principalmente compra e venda imóveis urbanos (casas, chácaras e terrenos) e rurais (terras, sítios, cafezais, etc.), assim como negócios com dívidas e hipotecas, dação insolutum e penhor de escravos.

Em 1872, mais uma vez a situação é de aumento e intensificação do trabalho feminino, com o surgimento de outras possibilidades. Segundo Herrmann (p. 146), a maioria continuava a trabalhar com atividades ligados ao vestiário e a costura (1047); 40 com tecidos; 21 manufactureiras e fabricantes; 14 nas atividades de comércio, caixeiro, guarda-livros e farmácia e, ainda, as novas profissões: três médicas; sete professoras no magistério e duas nas ciências, letras e artes; 4 religiosas. No magistério destacaram-se, ensinando em escolas públicas ou particulares, desde 1827, as professoras Dona Inês Teodora (C.c. Vitoriano José da Costa, negociante na vila), Dona Antônia Francisca das Chagas, Dona Maria Thereza de Meirelles (diretora do Colégio Santa Thereza) e Dona Pórcia Clementina de Castro Santos (MAIA, p. 8), para uma clientela que, em 1861 (ZALUAR, p. 80), era de apenas 225 alunos, distribuídos em duas escolas de ensino primário, duas particulares, uma do sexo feminino, uma cadeira de latim e francês e um colégio particular de meninas (existindo outras). Entre 1871-1877, segundo anotações do inspetor, Dr. José Manuel de Castro Santos, estiveram matriculadas, em média, de 20 a 30 alunas numa das escolas femininas da vila, na faixa dos 6

aos 13 anos, em sua maioria de famílias pobres, morando com suas mães (nada consta sobre o nome do pai), e com ótimo e regular aproveitamento e disciplina, como o caso de Delfina Maria de Jesus, que tinha quatro filhas estudantes. Na área religiosa, as 4 irmãs citadas por Herrmann estariam ligadas, possivelmente, ao Asilo do Bom Pastor, fundado pelo Padre Manuel Martiniano de Oliveira, em 1856, que cuidava de meninas órfãs e pobres com a ajuda de outras mulheres benfeitoras e de reconhecida probidade, entre as quais, as citadas por Zalar (p. 83): Dona Rosa Maria de Jesus e Dona Mariana Antônia de Jesus. No Almanak da Província de São Paulo, para o ano de 1873, aparece ainda, 3 professoras públicas (Dona Isabel Maria Pagã Fragoso, Dona Antônia Rosa de Oliveira, Dona Adelina Brasília de Macedo), 1 proprietária de loja de fazenda (panos e vestuários) e 14 fazendeiras, entre elas, Dona Guilhermina Cândida de Oliveira Borges, viúva do Major Martiniano, que, juntamente com os dois genros Rodrigues Alves, formou a firma Viúva Borges & Genros, para plantio e comercialização de café (MOURA, p. 192).

No último quartel do século XIX e na primeira metade do século seguinte, a penetração da mulher no mundo do trabalho fica cada vez mais maior, principalmente com a criação da Escola Normal de Guaratinguetá, em 1902, culminando com sua inscrição, na década de 1930, no rol dos eleitores do país.

REFERÊNCIAS

Manuscritas

ARQUIVO DO ESTADO. *Recenseamento das Ordenanças de Guaratinguetá – 1815-1818-1836.*

_____. *Registro Paroquial de Terra de Guaratinguetá, 1856.*

_____. *Matrícula da Escola Feminina de Guaratinguetá. Livro nº 104 – Ordem 2624.*

MUSEU FREI GALVÃO - ARQUIVO MEMÓRIA DE GUARATINGUETÁ. *Inventários e Testamentos do 1º Ofício.*

_____. *Livros de Distribuição de Escrituras – 1871-1877.*

CÚRIA METROPOLITANA DE APARECIDA. *Registros Paroquiais de batismos, casamentos e óbitos – 1798-1855.*

Bibliografia

COSTA, Iraci Del Nero, NOZOE, Nelson Hideiki. *Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores.*

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* 3. ed., São Paulo, Kairós Livraria Editora, 1983.

HERRMANN, Lucila. *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos.* São Paulo, IPE/USP, 1986. (Ed. fac-similada)

MAIA, Thereza & Tom. *A mulher e o Vale do Paraíba.* São Paulo, EBID.

MESQUITA, Eni de. O papel do agregado na região de Itu. *Coleção Museu Paulista – Série História*, v. 6, 1977.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O Visconde de Guaratinguetá. Um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. 2.ed., São Paulo, Studio Nobel, 2002.

MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. 3 ed. fac-similada, São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulística, XI.)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem à Província de São Paulo*. São Paulo, Livraria Martins Editora S/A, 1954. (Biblioteca Histórica Paulista, VI.)

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp, 1984. (Coleção Coroa Vermelha, 6.)

ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo, Ed. Itatia/Edusp, 1975. (Reconquista do Brasil, 23)